



nº 3533

ALBANO A.C. PEREIRA

Fotocópia

REP.2014/02/21

FOLHA

INFORMATIVA

1

7.10.76

Na reunião de trabalho a nível nacional do SAAL, realizada na 3ª feira, dia 28 de Setembro de 76 às 15 h no LNEC, os trabalhadores e moradores presentes foram unânimes em considerar a necessidade urgente da informação, nomeadamente sobre os acontecimentos que se têm vindo a suceder.

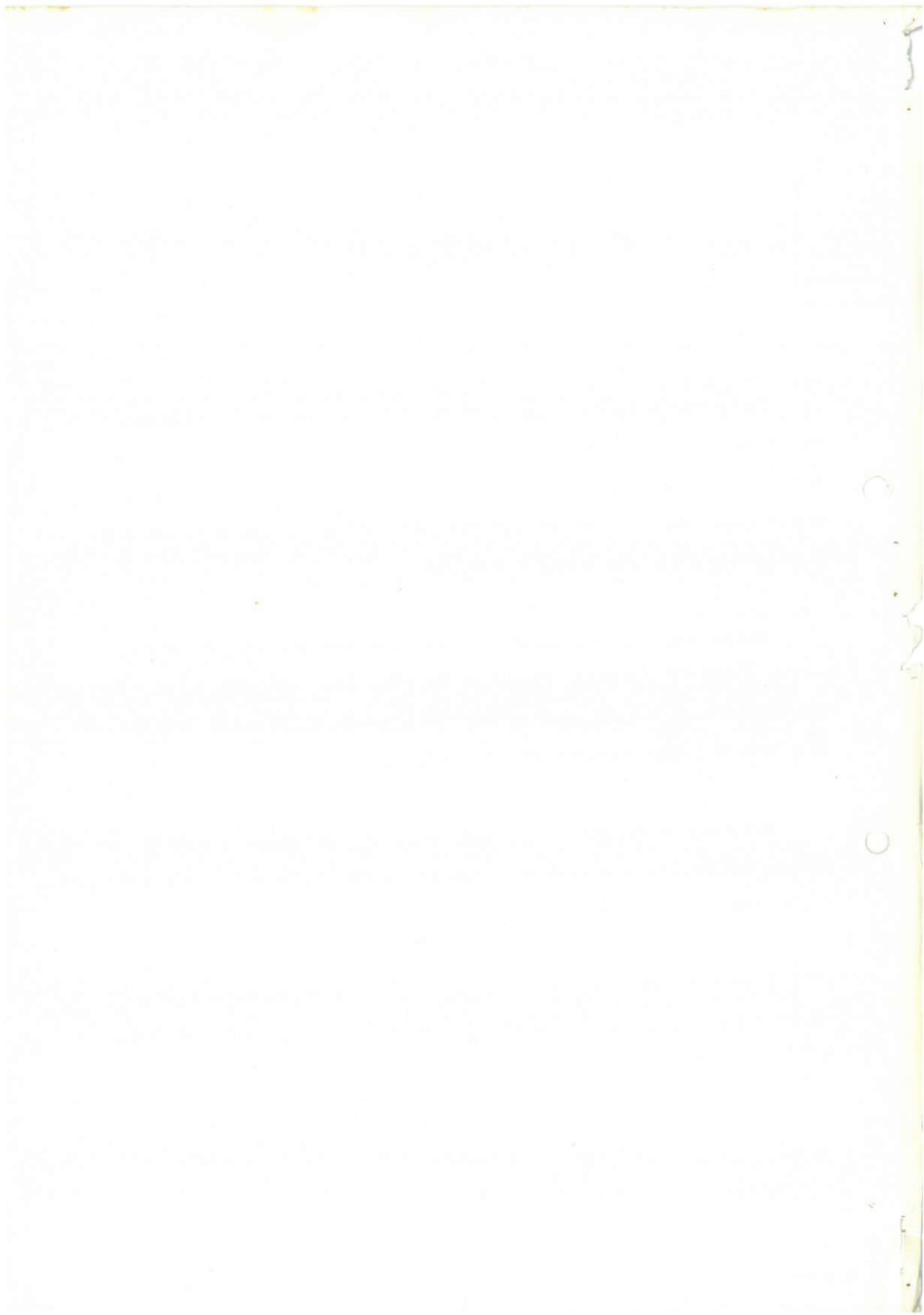
Nesse sentido foi aprovada uma proposta que responsabiliza o Executivo do Conselho Nacional do SAAL pela feitura de uma folha informativa, dirigida às Associações de Moradores, Equipas técnicas e trabalhadores dos Serviços Centrais.

Esta folha informativa, cujo primeiro número sai agora, terá uma periodicidade semanal, embora em casos justificados possa sair "sobre o acontecimento".

Devido à urgência em divulgar a documentação que se tem vindo a acumular, tem este 1º número algumas deficiências que se pensam corrigir nas folhas futuras.

O EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DO SAAL





O processo SAAL, que envolve em todo o país cerca de 200 000 moradores pobres é de novo visado pelas entidades oficiais, neste caso, pelo próprio Ministério e FFH, através de dificuldades levantadas ao financiamento das operações.

Na verdade, o SAAL, que desde a sua criação não viu os sucessivos Governos Provisórios e o Iº Constitucional assumirem de forma clara as responsabilidades para com o processo, assiste agora à agudização do boicote ao programa que se concretiza na tentativa de desvio de verbas para outros programas de habitação.

(ver documento 1)

Perante esta situação que compromete o prosseguimento do programa, o director interino, Sr. Paz Branco pede a sua demissão.

(ver documento 2)

Estes acontecimentos estão na origem de uma reunião de trabalho a nível nacional do SAAL, e que se realizou na 3ª feira 28/9 às 15 h no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

(ver documento 3)

O Plenário que reuniu cerca de 200 trabalhadores das Regionais Norte, Centro-Sul, Lisboa e Algarve, bem como representantes dos Secretariados das Associações de Moradores, procedeu à análise da situação e aprovou diversas moções e propostas.

(ver documento 4)

Os Secretariados das Associações de Moradores informaram durante o Plenário de que tinham tomado a decisão de exigir uma entrevista com o Ministro da Habitação, o Secretário de Estado, a Comissão Directiva do FFH e o Dr. Caliço dos Serviços de Contabilidade Orçamental do FFH. De 3ª feira 28/9 a 6ª feira 1/10, representantes dos Secretariados foram de manhã e de tarde ao

Ministério da Habitação com o fim de marcar a entrevista acima referida. Perante o adiamento sucessivo da marcação da data, telefonaram para o Ministério na 6^a feira às 19 h pedindo para falar directamente com o Ministro. Este, através da secretária respondeu que quando o achasse necessário os convocaria. Perante esta recusa manifesta, os Secretariados responderam que não aceitavam esta resposta e manifestaram o seu desacordo numa nota publicada nalguns órgãos de informação, em que informam que iriam reunir no sentido de tomar as medidas que entenderem necessárias.

Entretanto o Conselho Administrativo do FFH emite uma resolução na qual se pretende justificar as demoras com questões de carácter burocrático.

(ver documento 5)

Este documento mereceu uma resposta por parte do Serviço, consubstanciada na nota do executivo do Conselho Nacional do SAAL.

(ver documento 6)

Simultaneamente o director demissionário, Sr. Paz Branco, contestou igualmente a mesma nota, através duma Informação ao Conselho Administrativo do FFH.

(ver documento 7)

A posição do SAAL, continua a ser a de não prescindir da verba orçamentada para o programa (800 000 contos), única solução que lhe permitirá dar seguimento às operações em curso.

O EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DO SAAL

C O M U N I C A D O

Às Equipas de Apoio Local
Às Associações de Moradores e
Cooperativas de Habitação Económica/
SAAL

Desde a sua criação que o SAAL se define como um programa de política habitacional destinado a apoiar as iniciativas das populações que, vivendo em bairros degradados, se organizam para lutar por uma habitação digna. A intervenção do SAAL, assenta, pois, necessariamente, numa participação efectiva esclarecida dos moradores interessados, pelo que se torna indispensável que, em cada momento, esses mesmos moradores disponham de todos os elementos informativos que lhes permitam acompanhar, analisar e intervir em todas as fases de desenvolvimento dos trabalhos.

Nesse sentido, consideram estes serviços ser seu dever informar as Equipas de Apoio Local e as Associações de Moradores e Cooperativas de Habitação Económica interessadas no processo SAAL que o Sr. José da Paz Branco, eleito pelo Conselho Nacional do SAAL para o cargo de Director do SAAL, apresentou em 21 do corrente o seu pedido de demissão dessas funções, nos termos do documento que se junta em anexo.

Para além das razões que presidiram a esta atitude pessoal, impõe-se, mais uma vez, chamar a atenção para o facto de que os entraves ao desenvolvimento do processo SAAL não são novos.

Conforme é do conhecimento de todas as pessoas ligadas ao SAAL, estes entraves têm-se manifestado sob as mais variadas formas:

- dificuldades na aquisição de terrenos
- indefinição dos critérios e responsabilidades na fixação dos valores das indemnizações aos proprietários expropriados
- não atribuição das verbas para as obras de infraestruturas, a tempo de não prejudicar o normal andamento dos trabalhos
- falta de apoio de algumas Câmaras Municipais e até oposição frontal ao processo

Para além disto, e mais recentemente, vieram a verificar-se situações de paralização e a impossibilidade de dar continuidade a operações em curso e arranque de novas obras, devido a entraves na publicação de portarias para a atribuição das verbas do subsídio a fundo perdido e celebração dos contratos de empréstimo.

Em resultado desta situação, representações das Associações de Moradores do Porto e Algarve, dirigiram-se ao Sr. Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção em 26/8/76, exprimindo-lhe as suas preocupações quanto a estes problemas que acarretariam, como consequência e a curto prazo, situações de desemprego nos trabalhadores da construção cívica e um agravamento dos custos da construção, agravamento esse que não pode nem deve vir a ser suportado pelos moradores pobres.

Assumiu, então o Sr. Ministro o compromisso de tomar as medidas necessárias ao desbloqueamento destas situações.

No entanto, de então para cá, verificou-se que nem um só destes casos foi resolvido, encontrando-se, neste momento, 50 operações, distribuídas por todo o país (abrangendo cerca de 7.000 famílias) impedidas de prosseguir os trabalhos, ao mesmo tempo que se assiste à tentativa de responsabilizar o SAAL pelo não cumprimento do programa apresentado.

SAAL, em 23 de Setembro de 1976

OS SERVIÇOS CENTRAIS DO SAAL

A Comissão Directiva do Fundo de Fomento da Habitação

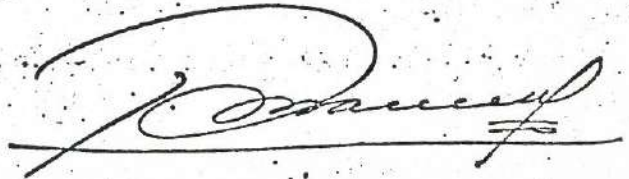
Pela presente e para os devidos efeitos, venho declarar que, face às atitudes assumidas pelos Serviços de Contabilidade Orçamental e de Finanças e Administração, com clara e evidente cobertura dessa Comissão, não me é possível continuar a assumir as funções que até ontem, 20 de Setembro de 1976 aceitei assumir interinamente.

Nas condições em que estava a trabalhar, especialmente nas últimas semanas, depois de me recusar a aceitar o desvio de verbas do SAAL para "outros programas", sinto que toda a minha acção servia para dar cobertura a uma manobra que a seu tempo e no devido lugar descreverei com o conveniente pormenor e as necessárias provas.

Somos pagos para cumprir o disposto num Diploma oficial até hoje não revogado e portanto, numa situação absolutamente legal e também dentro do espírito e da letra da Constituição; logo, fazemos questão de defender esta situação para além do direito ao trabalho e de outros direitos legítimos e legitimados.

A atitude que aqui confirmo assumir é a primeira de uma série que assumirei no sentido de dar a conhecer as verdades que estão a ser iludidas sobre vários problemas ligados à construção da habitação, mas a única que me sinto obrigado a comunicar, com vista à minha imediata substituição, de modo a evitarem-se perturbações no funcionamento dos serviços que até ontem dirigi.

Lisboa, 22 de Setembro de 1976



CONVOCATÓRIA

Convoca-se essa Equipa para uma Reunião de Trabalho a realizar
terça-feira dia 28 no LNEC (Sala 5) às 14, ^h30 com a seguinte ordem de
trabalhos:

- 1 - Análise da situação presente
- 2 - Medidas a tomar

Nesta Reunião estarão presentes todas as Equipas Técnicas (Bri
cas) e os Serviços Centrais.

SAAL, 24/9/76

CONVOCATÓRIA

Convoca-se essa Equipa para uma Reunião de Trabalho a realizar
terça-feira dia 28 no LNEC (Sala 5) às 14, ^h30 com a seguinte ordem de
trabalhos:

- 1 - Análise da situação presente
- 2 - Medidas a tomar

Nesta Reunião estarão presentes todas as Equipas Técnicas (Bri
cas) e os Serviços Centrais.

SAAL, 24/9/76

CONVOCATÓRIA

Convoca-se essa Equipa para uma Reunião de Trabalho a realizar
terça-feira dia 28 no LNEC (Sala 5) às 14, ^h30 com a seguinte ordem de
trabalhos:

- 1 - Análise da situação presente
- 2 - Medidas a tomar

Nesta Reunião estarão presentes todas as Equipas Técnicas (Bri
cas) e os Serviços Centrais.

SAAL, 24/9/76



FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

NOTAS S/ A REUNIÃO DE TRABALHO DO SAAL A NÍVEL NACIONAL

28 SET - 76-15.30

LNEC

PAZ BRANCO (SERVIÇOS CENTRAIS)

MIGUEL SERRAS PEREIRA (EQUIPA LINDA-A-PASTORA - Arredores Lisboa)

JOSÉ VELOSO (EAL'S ALGARVE)

MARGARIDA COELHO (SAAL/NORTE)

TEMAS DE TRABALHOS - 1. Análise da situação presente
2. Medidas a tomar

Foram identificados os trabalhadores SAAL e moradores presentes através
de folhas de registo.

1. PUNTO - Análise da situação presente

JOSÉ NORBERTO (EAL Bº LIBERDADE - LISBOA) faz uma série de pedidos de
esclarecimento a PAZ BRANCO:

- desvio de verbas do SAAL para outros programas
- demissão de Paz Branco
- pré - fabricados

PAZ BRANCO esclarece estas questões repetindo as posições já conhecidas.

No seguimento destes pedidos de esclarecimento, José Norberto põe
a questão de recusa de vistos a facturas apresentadas por certas equipas.
Qual o significado dessa recusa na luta que se está a travar?

PAZ BRANCO esclarece que se trata apenas duma equipa em 90, que os
termos em que se pretende pôr esta questão, são inaceitáveis por não cor-
responderem a um esclarecimento que nesse sentido está já convocada uma
sessão com o Arqtº. Santa Rita.

Seguem-se intervenções que exprimem a opinião de que a questão pos-
ta pelo José Norberto sai manifestamente dos objectivos desta reunião. No
sentido de se ultrapassar esta questão é apresentada por escrito a propos-
ta seguinte, que a mesa põe imediatamente à votação:


FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

"Proponho que a Assembleia se pronuncie se quer ou não que se dê resposta ao esclarecimento que foi pedido e às suspeitas que foram levantadas em relação à Equipa. "

Consultada a assembleia esta pronunciou-se por maioria contra o José Norberto faz uma declaração de voto, que não é aceite como tal. escol.
cine.

Intervém depois Serras Pereira no sentido de "dar a sua contribuição para a análise da situação actual", situando o problema do SAAL.

Trigo de Sousa analisando a situação considera que não existe neste momento oportunidade por parte do Governo para revogar o Despacho de criação do SAAL, dada a população interessada e as estruturas próprias conquistadas pelo SAAL como Serviço. Diz que o SAAL está cada vez mais longe da prática governativa no sector da habitação, o que o torna marginal à política governamental. Pretende-se portanto acabá-lo por asfixia.

É feita em seguida a leitura da moção dos Secretariados das Associações de Moradores e das Cooperativas de Habitação Económica.

É citado o boicote da D.G.S.U.

Intervém a seguir o Arqtº. B. Costa Cabral da equipa de Pego Longo (SINTRA) que diz haver câmaras que colaboram com o SAAL, situando a origem dos problemas do SAAL na burocracia, apelando a uma maior "compreensão" e "boa vontade" do SAAL.

Perante esta intervenção, respondem: :


Artª. Margarida Coelho (SAAL/NORTE), Paz Branco, Pedro Mestre e dois moradores (Qtª. CALÇADA / FONSECAS), que dão exemplos concretos dos vários bloqueios ao processo SAAL.

2. PONTO - Medidas a tomar

Os Secretariados das Inter-Associações de Moradores informam sobre o pedido de entrevista com o Ministro da Habitação, a Secretaria de Estado da Habitação, Sindicatos da construção civil, Comissão Directiva do FFH e Paz Branco. Esclarecimentos.

É dada a informação de que os representantes dos moradores do Norte não estão presentes, mas que devem vir a caminho.

Paz Branco intervém em seguida e pede que os trabalhadores do SAAL interpretem a posição individual que tomou como um processo mais útil de luta e pede um prazo para continuar a luta nos termos em que iniciou,

 FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

tomando as atitudes que entender necessárias em nome pessoal.

Mário Brochado Coelho denuncia a natureza política dos boicotes ao SAAL. Segundo o Ministro da Habitação, o SAAL não seria um serviço público, mas sim um movimento político.

Considera que o SAAL se tem aguentado essencialmente devido à luta dos moradores pobres e que os trabalhadores devem eliminar alguns telhados de vidro do serviço rapidamente, antes das eleições para as autarquias locais, de forma a ganhar tempo utilizando a perspectiva eleitoralista de caça ao voto dos sectores ligados ao aparelho de Estado.

PAZ BRANCO informa dos recuos que se estão a verificar no FFH, nomeadamente quanto às assinaturas das portarias.

O conselho de zona de Setúbal apresenta uma proposta elaborada e aprovada em reunião de Conselho. É a seguinte:

"O CONSELHO DA ZONA DE SETÚBAL, reunido em 27 de Setembro de 1976, considerou que a luta neste momento tem como ponto fundamental o garantir a saída de diplomas que dêem cobertura legal a todas as actividades e acções do SAAL nomeadamente no que se refere a:

TERRENOS

FINANCIAMENTOS

SUBSÍDIOS A FUNDO PERDIDO

PROTOCOLO COM AS AUTARQUIAS LOCAIS

etc

Com base nas reivindicações já frequentemente expressas, devem os SERVIÇOS CENTRAIS DO SAAL garantir a imediata redacção e conveniente seguimento dos diplomas legais necessários ao efeito."

Os Secretariados das Associações de Moradores informam que vão no dia 29/9 ao MHUC saber a data e hora da reunião pedida.

 FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

MOÇÃO A

- Considerando que a indústria da construção deve ser politicamente determinada como um serviço social, subordinado a critérios de satisfação de necessidades sociais e não a critérios de rentabilidade capitalista

- considerando que a gestão democrática de um serviço social assim entendido implica a sua subordinação ao controle efectivo e organizado por seus destinatários que são no caso do SAAL, os moradores, as suas associações e cooperativas

- considerando que os entraves superiormente movidos ao processo SAAL resultam de uma oposição política dos órgãos de poder e estes princípios que informaram a criação e actividade do mesmo processo

- considerando ainda que os moradores ligados ao processo tomaram posição contra o boicote de que a intervenção e a própria existência do SAAL têm vindo a ser objecto, nos termos da moção em anexo

- os trabalhadores do SAAL reunidos em plenário a 28 de Setembro de 1976, nas instalações do LNEC, fazem sua a denúncia a que os moradores já procederam do significado político dos entraves citados

- decidem reforçar a sua coesão interna através de trabalho competente e organizado, bem como a sua ligação às organizações de moradores implícitas no processo visando a garantia da continuidade da sua existência ao serviço dos interesses populares e a criação de uma maior capacidade de resposta a todas as ofensivas do aparelho de Estado contra estes interesses

- comprometem-se finalmente a assegurar e a intensificar a circulação da informação indispensável, quer aos moradores quer aos diversos escalões dos trabalhadores do serviço, para a defesa e consolidação do processo.

São apresentadas propostas - uma de âmbito geral, que foi retirada e outras de âmbito mais particular.

RESOLUÇÃO

MOÇÃO A - Aprovada com abstenções

Foi anexada a esta moção a dos Secretariados das A.M.'s.



FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

M O Ç Ã O

Os Secretariados a nível nacional do processo SAAL reunidos no dia 27.9.76 no SAAL, decidiram o seguinte:

1. Dar todo o apoio à posição assumida pelo Director do SAAL o Sr. Paz Branco.
2. Apoiá-lo como Director quando as manobras forem totalmente banidas do SAAL.
3. O apoio que damos à posição do Sr. Paz Branco resulta de considerarmos que as manobras que estavam a ser feitas, não visavam senão acabar com o SAAL.
4. Essas manobras constituíam nomeadamente nos seguintes pontos:
 - Desvio das verbas do SAAL, para outros programas.
 - Entraves na publicação das portarias destinadas aos novos bairros.
 - Entraves na concessão de empréstimos destinados à fase de acabamentos de obras em curso.
 - Entraves na aquisição de terrenos.
 - Não atribuição das verbas para as obras de infraestruturas.
 - Oposição frontal ao processo SAAL.
5. Exigimos que as verbas do SAAL não sejam desviadas seja para onde for.
6. Exigimos ao Ministério da Habitação Urbanismo e Construção e ao Fundo de Fomento da Habitação uma posição clara quanto à luta dos moradores pobres.

Lisboa, 27/9/76

OS SECRETARIADOS

- Lisboa
- Arredores de Lisboa
- Algarve
- Beja
- Setúbal
- Porto



FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

Propostas sobre aspectos particulares

- Conselho de zona de Setúbal - aprovada por maioria
- Adenda " por unanimidade
com declaração de voto
de uma equipa.

Adenda à proposta de Setúbal

" Que os trabalhadores do SAAL - Serviços Centrais, Regionais, Conselho de Zona, EAL's - organizem o seu trabalho de modo a assegurar o fornecimento às organizações de moradores ligadas ao processo toda a informação actualmente disponível e a poder responder positivamente a novas exigências e eventual alteração dos métodos de trabalho até aqui aplicados que a organização dos moradores venha a motivar. "

PROPOSTA B - Aprovada

Propõe-se:

1. Que o Executivo Nacional fique responsabilizado pela elaboração duma folha Informativa Periódica destinada aos trabalhadores do SAAL e moradores, de modo a possibilitar um conhecimento exacto por uns e outros da situação do processo SAAL em cada momento.
2. Que este Executivo fique igualmente encarregado dum contacto regular com os órgãos de comunicação no sentido de agitar a opinião pública sobre o processo SAAL e a natureza dos boicotes a que tem estado permanentemente sujeito.

PROPOSTA C - (de dois trabalhadores da DNSAAL)

aprovada com abstenções.



FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

PROPOSTA C

Tomando em conta as considerações feitas pelo Dr. Mário Brochado no que respeita à necessidade de melhorar o Serviço e ao papel que aí nos cabe como trabalhadores do SAAL propomos:

A um voto de confiança ao executivo do Conselho Nacional e a recomendação de que no próximo Conselho Nacional sejam definidas:

1 -as medidas imediatas a tomar no sentido de corrigir as deficiências de funcionamento do Serviço

2 -a política de serviço a ser seguida, e especificamente em relação à próxima revisão do plano de actividades

B que seja além disso garantida pelos Serviços Centrais a canalização da informação em relação às equipas e Associações de Moradores dado esta ser a forma de intervenção fundamental neste momento ao nosso alcance em apoio à mobilização dos mais directamente interessados no prosseguimento do processo.

TAL COMO PREVISTO A REUNIÃO TERMINOU ÀS 19 H.

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

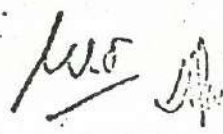
RESOLUÇÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

150

Tendo tomado conhecimento de posições públicas assumidas por pessoas ao serviço do F.F.H. e com responsabilidade no SAAL, decorrentes da deliberação deste C.A. de 29 de Julho e atendendo a que:

1. Foi determinado ao SAAL, naquela data, a apresentação, de modo a ser presente à sessão de 6 de Agosto, do escalonamento dos encargos a pagar em 1976 e 1977 por conta da verba a atribuir em subsídios e empréstimos a Cooperativas e Associações de Moradores, cuja dotação global se fixara em 487 820 contos;
2. A decisão ficou a dever-se, fundamentalmente, à existência de vários pedidos que excediam largamente a dotação e que não pareceu justo deixar de contemplar, uma vez que existiam várias portarias sem qualquer movimentação e os processamentos, em valores globais, estavam bastante aquém do montante global atribuído;
3. No apuramento da situação das disponibilidades orçamentais reportado a 31 de Agosto, constata-se que, até àquela data se encontravam processados unicamente 59 670 contos daquela verba, pelo que, impondo-se do ponto de vista da gestão financeira dos recursos do Estado que não sejam levantados fundos que os organismos não vão, efectivamente, dispendar e tendo em atenção que este ponto de vista é, no momento actual, dado o elevado défice orçamental previsto, um imperativo para os Serviços Públicos, o escalonamento pedido tornou-se peça indispensável para a aplicação da verba;
4. Em 10.9.76, por despacho da Comissão Directiva exarado sobre a Inf.40/C a Comissão Directiva insistiu, de novo, com aquele serviço para a apresentação do escalonamento em falta, tendo-se adiantado o parcial de 400 contos do empréstimo a conceder para a operação DUNA, na perspectiva de que a curtíssimo prazo o processo estaria regularizado;

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO




5. Pela Inf. 91/SPAL/76 de 14.9 à Comissão Directiva, são expostas um conjunto de razões que, no entender daquele Serviço, impediriam o SPAL efectuar o escalonamento para os subsídios concedidos;
6. Em documento do SPAL datado de 23.9.76 é apresentado um escalonamento para alguns dos empréstimos pedidos;
7. Foi aprovado por despacho do Senhor Secretário de Estado de 23.9.76 a revisão do Plano de Actividades para 76 onde fica atribuída ao SPAL, para os objectivos referidos em 1., a importância de 507 250.

e recordando:

1. O SPAL como serviço deste Fundo não está dispensado do cumprimento de quaisquer das obrigações que impendem sobre todos os serviços e seus agentes, em particular a que decorre da hierarquia estabelecida;
2. A gravidade da situação criada quanto ao andamento das operações SPAL resultante de não ter sido dado cumprimento por parte do SPAL àquela decisão, não obsta que, por parte de pessoas ao Serviço da Administração em posições de responsabilidade no SPAL, não seja conhecida a distinção simples entre órgãos dirigentes e serviços executivos. Não tenham sido feitas acusações a serviços deste organismo, cuja função se exerce nos limites fixados por lei e que cumprem as ordens ou instruções recebidas dos órgãos hierárquicamente superiores;

resolve

- a) Solicitar da Comissão Directiva as providências necessárias, de modo a assegurar a unidade de comando neste Fundo;
- b) Enviar para publicação no Diário da República as Portarias já aprovadas por este C.A. e devidamente autorizadas no montante de 10 260 000\$00 (a)

 FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

-3-

- c) Dar seguimento às minutas de empréstimo já aprovadas, cujo escalonamento foi apresentado em 20.9 e na importância de 23 151 250\$50; (a)
- d) Comunicar ao SPAL que ficam a aguardar informação do escalonamento a prestar por aquele serviço pedidos no montante de 227 021 722\$80; (a)
- e) Para o andamento das situações previstas na alínea anterior fica disponível a verba de 167 564 312\$90 (a), pelo que caberá àquele serviço dar andamento urgente aos casos em referência e aos pedidos que, entretanto, houver que fazer, quer atribuindo prioridades, quer apresentando escalonamento que permita a libertação de verbas adicionais.

(a) Discriminação em anexo

Conselho Administrativo, 29 de Setembro de 1977

Manoel Gomes da Silva
Secretário de Estado
Quarta Secção



FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

Portarias que vão seguir para publicação

Nº de Proposta	Entidade	Importância
989	A.M. Liberdade- Lagos	930 000\$00
990	A.M. B? Boa Esperança-Lagoa	1 800 000\$00
991	A.M. B? Boa Vontade - Lagoa	2 100 000\$00
992	A.M. Praia Cortegaça- Ovar	1 230 000\$00
993	A.M. O Povo Vencerá - Aljezur	1 800 000\$00
994	A.M. B? Vermelho - Silves	1 020 000\$00
995	A.M. Progresso - Silves	1 380 000\$00
		<u>10 260 000\$00</u>

A.M. 28 Setembro - Lagos ?

Empréstimos que vão ter seguimento

Nº de Propa.	Entidade	Imp. Total	Dispêndio prev
1 136	A.M. Amigos Unidos-Cabanas	4 289 861\$60	1 286 958\$50
1 138	A.M. Liberdade - Lagos	7 424 838\$00	3 712 419\$00
1 140	A.M. 11 Março -Olhão	8 263 000\$00	2 478 900\$00
1 143	A.M. Unidade - V.Bispo	1 582 899\$00	1 108 029\$30
1 144	A.M. B? Alvor - Portimão	4 744 943\$70	4 744 943\$70
1 145	A.M. 11 Março - Lagos	1 700 000\$00	1 700 000\$00
1 146	A.M. 25 Abril - Lagos	3 055 000\$00	3 055 000\$00
1 147	A.M. B? Boa Hora-Port.	5 065 000\$00	5 065 000\$00
		<u>36 125 542\$20</u>	<u>23 151 250\$50</u>

*es numeradas a proposta
e me são cabalmente pagas*


FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

- 4 -

cujo processamento está em curso

Entidade	Importância
Coop.H.Ec.25 de Abril	21 000 000\$00
Coop.H.Ec.Unidade do Povo	15 000 000\$00
A.M. 11 de Março - Olhão	2 400 000\$00
A.M. Pedra Furada-V.F.de Xira	9 270 000\$00
A.M. B? da Liberdade - Setúbal	3 000 000\$00
Coop.H.Ec.Os 3 Unidos-Lisboa	14 460 000\$00
A.M.B? Leal - Porto	3 060 000\$00
A.M. Arrábida - Porto	4 140 000\$00
A.M. Trav.Prelada - Porto	450 000\$00
A.M. Zona da Sé - Porto	4 500 000\$00
A.M. Poço Baixo - Ovar	1 090 000\$00
A.M.Bairro Palvinha - Coimbra	1 020 000\$00
A.M. Luta do Povo - Setúbal	2 000 000\$00
A.M. Casal das Figueiras -Setúbal	3 600 000\$00
A.M. O grito do Povo - Setúbal	510 000\$00
A.M. Portugal Novo - Oeiras	6 000 000\$00
A.M. Novo Rumo	5 220 000\$00
A.M. A Familiar - Caxias	3 000 000\$00
A.M. B? da Liberdade - Cascais	3 000 000\$00
A.M. Pinhal das Areias - Seixal	7 920 000\$00
A.M. 28 de Setembro - Lagos	3 141 184\$60
A.M. B? do Liberdade - Lagos	1 200 000\$00
A.M. B? Vermelho - Silves	2 040 000\$00
A.M. Progresso - Silves	2 300 000\$00
A.M. 25 de Abril - Linda-a-Velha	11 520 000\$00
A.M. Terra Baixo - Setúbal	920 000\$00
A.M. 1? de Maio - Lagos	540 000\$00
A.M. S. Victor - Porto	7 500 000\$00
A.M. Francos - Porto	3 960 000\$00
A.M. Liberdade - Lagos	660 000\$00

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

- 5 -

Nº Propostas	Entidade	Importância
495	A.M. A Força da Razão-Loures	3 480 000\$00
496	Coop.H.Ec.Port.Novo - Lisboa	18 120 000\$00
497	A.M. Bº Pop.Alvor - Portimão	880 000\$00
498	A.M. 1º de Maio - Monchique	1 840 000\$00
499	A.M. Bº da Boa Vontade - Lagoa	2 000 000\$00
500	A.M. Bº Victória - Loures	1 980 000\$00
501	A.M. Bº dos Trabalhadores-Loures	1 260 000\$00
502	A.M. Zona Bouça- Porto	9 000 000\$00
503	A.M. 28 de Junho-V.R.StºAntónio	4 800 000\$00
504	A.M. Quarteira - Loulé	5 000 000\$00
556	A.M. Lapa - Porto	11 790 000\$00
557	A.M. Zona Chayes	675 000\$00
579	A.M. 11 de Março - Lagos	510 254\$90
580	A.M. Boa Hora - Portimão	1 620 000\$00
581	A.M. 25 de Abril - Lagos	1 199 740\$00
582	Coop H.Ec.25 de Abril Seixal	5 100 000\$00
630	A.M. Francos - Porto	4 680 000\$00
671	A.M. Unidade Burgau - V. do Bispo	480 000\$00
725	A.M. Póvoa - Porto	4 240 000\$00
733	A.M. Democrática 1º de Maio-Loures	14 300 000\$00
734	A.M. A Força do Povo - Loures	5 400 000\$00
748	A.M. Pescadores Alhandra-V.F.Xira	3 420 000\$00
769	A.M. Democrática 25 Abril- Loures	14 640 000\$00
773	A.M.Bº Popular do Alvor-Portimão	1 440 000\$00
789	A.M.Cruz de Pau - Porto	3.850 000\$00
790	A.M.Ciganos Cruz de Pau - Porto	920 000\$00
791	Coop.H.Ec.Boa Esperança - Lisboa	9 600 000\$00
2 036	A.M. Bº do Leal - Porto	194 000\$00
304	A.M. Monarquina - Setúbal	30 256\$50
209	A.M. 14º Junho - Lisboa	3 000\$00
153	A.M. Bº da Manjoeira - Loures	20 000\$00

 FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

-6-

Nº Proposta	Entidade	Importância
1 870	A.M. Bº dos Pinheirinhos	30 000\$00
1 914	A.M. Bº da Terroa de Baixo-Setúbal	1 000\$00
856	A.M. Bº da Monarquina - Setúbal	7 560 000\$00
872	A.M. 1º de Junho - Portimão	720 000\$00
173	Coop. H. Ec. Bº D. Leonor - Benfica	4 800 000\$00
963	A.M. Grito do Povo - Setúbal	2 130 000\$00
TOTAL		<u>306 274 436\$60</u>

S Í N T E S E

A - Portarias que vão seguir para publicação	10 260 000\$00
B - Empréstimos que vão ter seguimento	23 151 250\$50
D - Portarias cujo processamento está em curso	<u>306 274 436\$60</u>
	<u>339 685 687\$10</u>
Verba Atribuída	507 250 000\$00
A + B + D	- <u>339 685 687\$10</u>
SALDO	<u>167 564 312\$90</u>

DECISÃO DO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DO SAAL

O Executivo do C. N. do SAAL aprovado pelo C. D. do FFH, em resposta à informação nº 65/SAAL apresentada em 14/3/76, tomou conhecimento que o seu Director Interino Sr. José da Paz Branco, eleito no C. N. do SAAL de 10/7/76 tinha apresentado a sua demissão e quais as razões porque tomou essa decisão.

Tomou ainda conhecimento da resposta pessoal dada pelo Sr. José da Paz Branco à resolução do Conselho Administrativo do FFH de 29 de Setembro de 1976, e que responde tecnicamente e duma forma sintética aos problemas que aí são levantados.

Dado que até 15 de Outubro corrente como é do conhecimento dos IEUC, SEMU e CD do FFH, comprometeu-se este serviço a enviar um escalonamento de verbas: para as portarias passíveis de transferência parcial ou total para 1977; e para os empréstimos, caso a caso e uma vez conhecido o valor real do restante da obra a executar com o objectivo de facilitar problemas de tesouraria, enquanto as Instituições de Crédito não estabelecerem a forma como o empréstimo será acordado às Associações de Moradores.

Desde já remete este Executivo para a leitura dos documentos seguintes:

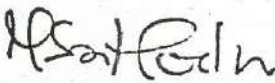
- proposta de revisão do PA/76 em 30/6/76 e respectivos quadros anexos enviados em 29/7/76 ao GEP
- relação das operações em curso com pedido de portaria pendente e escalonamento para os anos de 76 e 77 dos empréstimos já pedidos, enviados em 21/9/76 (enviada a CD por protocolo).

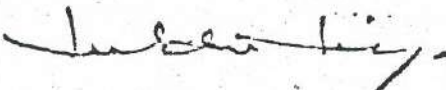
Todos os demais esclarecimentos serão enviados nos termos do parágrafo anterior e da forma mais detalhada possível.

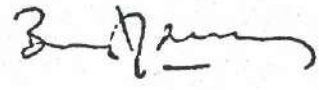
Entretanto pede este Executivo que lhe sejam dados esclarecimentos sobre quais os critérios que levam à divisão entre "Portarias e Empréstimos que vão ter seguimento" e os que "aguardam informação de esclarecimento", porque pela sua listagem não se pode deduzir as razões desta divisão. E ainda que não foi considerada a listagem enviada por este serviço em 23/9/76 e que é referida na alínea 6. do documento da "Resolução do Conselho Administrativo."


Lisboa, em 4 de Outubro de 1976

O EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DO S.A.A.L.


(R. Porto)


(R. Lisboa)


(R. Algarve)


(D. Nacional)



FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

Informação nº _____ / SAAL / 76

Referência Proc.º 1/SAAL

ASSUNTO "Resolução do C.Administrativo."

À COMISSÃO DIRECTIVA

Tomo a liberdade de vir individualmente assumir a responsabilidade das "posições públicas" denunciadas na comunicação do C.A. de 29 de Setembro, não querendo envolver ninguém nas minhas atitudes passadas e futuras.

Entretanto, quero recordar que o fiz na qualidade de simples trabalhador uma vez que antes tive o cuidado de pedir a minha demissão do "pessoa com responsabilidade no SAAL" e de declarar as razões que me levaram a fazê-lo.

Antes de responder aos 7 pontos da "Resolução" quero que fique bem claro que, ao contrário de pôr em perigo com a minha atitude, "a unidade de comando do F.F.H." ou de quebrar a hierarquia estabelecida, antes defendo, o cumprimento do que em planos hierarquicamente superiores aos órgãos dirigentes do F.F.H. há muito foi estabelecido quanto aos direitos e obrigações dos "responsáveis pelo SAAL" e, sobretudo lembrar que as leis que nos governam também há muitos anos que estabelecem que, "a entidade patronal deve proporcionar boas condições de trabalho, tanto do ponto de vista físico como moral e contribuir para a elevação do seu nível de produtividade".

Chamo também a atenção para a informação nº. 145/GE/76 de 12 de Julho p. cujo espírito e critério parece ter sido ignorado ou esquecido de há dois ou três meses para cá, nomeadamente no que ali se lê na página 10, em 1.9, b), c) e d).

Faz-se agora no F.F.H. em relação ao SAAL o que naquele documento se criava de outros serviços com relação ao F.F.H.

Também lamento que tenha sido ignorado ou esquecido o espírito e a letra do Despacho do S.E.H.U. de 17 de Maio de 1976, nomeadamente no nº. 2 desse Despacho.

B, fala-se em hierarquias e comandos, quando alguns de melhor memória e sentido de responsabilidade (no cumprimento do espírito e da letra dos Diploma legais interpretativos das finalidades do movimento de 25 de Abril e do Artigo 6 da Constituição e da defesa da estabilidade política necessária ao bom funcionamento do 1.º Governo constitucional) tomam atitudes.

Será bastante para justificar as minhas atitudes?

Como defenderá o Concelho Administrativo as suas atitudes?

Respondendo agora aos aos "7 pontos", direi:

Nº. 1 - O então responsável do SAAL logo respondeu e sempre tem mantido que o Fundo Perdido não poderia ser "escalonado" porquanto, este está a corresponder à entrega a fazer para arranque das obras como "adiantamento" para garantia da estabilidade do preço dos materiais, e que o valor do empréstimo a pedir só é conhecido depois de abertas as propostas dos concorrentes.

Não será conveniente fazerem-se os pedidos de portaria e empréstimo só nesta altura, pois corre-se o risco de ver anuladas as propostas por falta de pagamento da 1.ª prestação.

Chamamos a atenção para o facto de em 29 de Julho ou 6 de Agosto ainda só estarem em questão as Portarias do Fundo Perdido, porquanto, os Empréstimos reembolsáveis ainda não tinham regras estabelecidas.

N.ºs. 2, 3 e 4, com longa e variada justificação de fácil mas também longa contestação, insiste-se no escalonamento, mas envolve-se, neste uma verba de Empréstimo reembolsável, estabelecendo-se aí lamentável confusão.

No nº. 5 refere-se o nosso documento de 14/9, onde confirmávamos o que vínhamos a afirmar e, realmente ali se referem (e bem) "subsídios".

No nº. 6 afirma-se que se apresenta "um escalonamento" o que, com o devido respeito, declaramos não ser verdadeiro, quanto à matéria em discussão. Dos subsídios, apresenta-se uma lista com o estado actual das operações.

Do que se apresenta "um escalonamento" é dos Empréstimos que pela resolução de 10/9/76 com relação à operação da Duna abriu o antecedente estabelecendo (em princípio) as regras. Misturam-se dois assuntos independentes: um já com regras em uso e sem escalonamento; outro que ainda não tinha "escalonamento ou regras e que ainda está em estudo no contencioso. Para este fez-se o escalonamento antes das regras.

Estará claro?

Julgo ter já respondido ao item "recordando", nos seus pontos 1 e 2.

Quanto às resoluções finais, tomo conhecimento e responsabilizo os subscritores do documento pela arbitraria insistência com que pretendem alijar responsabilidades que a seu tempo se verão caberem-lhe, condicionando a concessão de Portarias à elaboração de um documento matematicamente irrealizável além do pormenor já por duas vezes fornecido, desde Julho p.p. (Revisão do plano de actividades para 1976)

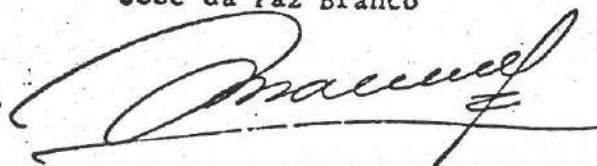
Anexos: Discriminações comentadas.


Nota final - este documento é produzido com caracter meramente pessoal; o executivo produzirá a resposta que vinculará o SAAL.

Lisboa, 4 de Outubro de 1976


Atento

José da Paz Branco




FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO
PORTARIAS CUJO PROCESSAMENTO ESTÁ EM CURSO

Nº. de Proposta	Entidade	Importância	Observações
45	CHE 25 de Abril(Fonsecas)	21 000 000\$00	Em Obra
46	CHE Unidade do Povo	15 000 000\$00	" "
47	A.M. 11 de Março-Olhão	2 400 000\$00	" "
69	A.M. Pedra Furada-V.F.Xira	9 270 000\$00	" " 1ª. e 2ª.fase vão para concurso
70	A.M. Bº. da Liberdade-Setúbal	3 000 000\$00	Em obra
71	CHE os três unidos-Lisboa Qta. Grande	14 460 000\$00	Em Adjudicação 2ª fase
72	A.M. Bº. do Leal (Porto)	3 060 000\$00	Início em 1977
73	A.M. Arrábida (Porto)	4 140 000\$00	Início em Dez/76; dependente das infraestruturas
74	A.M. Trav. da Prelada(Porto)	450 000\$00	Início em Dez/76; depende da cedência do terreno
75	A.M. Zona da Zé (Porto)	4 500 000\$00	Em concurso
76	A.M. Poço de Baixo (Ovar)	1 090 000\$00	Dependente da cedência do terreno
77	A.M. Bº. da Relvinha (Coimbra)	1 020 000\$00	Em obra
78	A.M. Luta do Povo (Setúbal)	2 000 000\$00	Obra em curso
79	A.M. Casal das Figueiras(Set.)	3 600 000\$00	" " "
80	A.M. O Grito do Povo (Set.)	510 000\$00	Início em 77
178	A.M.Portugal Novo (Oeiras)	6 000 000\$00	Em obra
179	A.M. Novo Rumo (Linda a Pastora)	5 220 000\$00	" "
180	A.M. "A Familiar" - Camias.	3 000 000\$00	Início em 77
181	A.M. Bº. Liberdade (Cascais)	3 000 000\$00	" " "
182	A.M. Pinhal das Areias	7 920 000\$00	" " "
183	A.M. 28 de Setembro (Lagos).	3 141 184\$60	A preparar concurso
184	A.M. Bº. da Liberdade (Lagos)	1 200 000\$00	Em obra
185	A.M.Bº. Vermelho (Silves)	2 040 000\$00	" "
186	A.M. Progresso (Silves)	2 300 000\$00	" "
187	A.M. 25 de Abril(Linda-a-Velha)	11 520 000\$00	Início em 1977


FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

Nº. de Proposta	Entidade	Importância	Observações
243	A.M. Terrôa de Baixo (Set)	920 000\$00	Em obra
244	A.M. 1º de Maio (Lagos)	540 000\$00	" "
307	A.M. S.Victor (Porto)	7 500 000\$00	" "
493	A.M. Liberdade (Lagos)	660 000\$00	" "
495	A.M. Força da Razão (Loures)	3 480 000\$00	Arranca em Outubro
496	CHE. Portugal Novo(Lisboa) Qtª. do Bacalhau	18 120 000\$00	Fim do projecto; início da obra em Dez./76.
497	A.M. Bº. Pop. Alvor (Portimão)	880 000\$00	Em obra
498	A.M. 1º de Maio (Monchique)	1 840 000\$00	Pronta a arrancar
499	A.M. Bº. Boa Vontade (Lagoa)	2 000 000\$00	Em obra
500	A.M. Bº. Vitória (Loures)	7 980 000\$00	Início em 1977
501	A.M. Bº. Trabalhadores do Catujal (Loures)	1 260 000\$00	A arrancar
502	A.M. Zona do Bouço	9 000 000\$00	Início em Nov.76; Em concurso
503	A.M. 28 de Junho(V.R.Stº. António)	4 800 000\$00	Projecto acabado.
504	A.M. da Quarteira (Loulé)	5 000 000\$00	Em arranque; projec acabado.
556	A.M. da Lapa (Porto)	11 790 000\$00	Arranca imediatamente.
557	A.M. Zona Chaves D'Oliveira (Porto)	675 000\$00	Em obra
579	A.M. 11 de Março (Lagos)	510 254\$90	" "
580	A.M. Boa Hora (Portimão)	1 620 000\$00	" "
581	A.M. 25 de Abril (Lagos)	1 199 740\$00	" "
582	CHE. 25 de Abril - Seixal	5 100 000\$00	Em concurso
630	A.M. Francos (Porto)	4 860 000\$00	Em obra
671	A.M. Unidade de Burgau (V. do Bispo)	480 000\$00	" "
725	A.M. Póvoa (Porto)	4 240 000\$00	Dependente do tes no.
733	A.M. Democrática 1º de Maio (Fetais - Loures)	14 300 000\$00	Início em 77



FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

Nº. de Proposta	Entidade	Importância	Observações
734	A.M. Força do Povo (Loures)	5 400 000\$00	Em obra
748	A.M. Pescadores Alhandra (V.Fr. Xira)	3 420 000\$00	Início em 77
749	A.M. Democrática 25 de Abril (Torre - Loures)	14 640 000\$00	A arrancar
773	A.M. Bº. Pop. Alvor (Portimão)	1 440 000\$00	Em obra
789	A.M. Cruz de Pau (Matosinhos)	3 850 000\$00	" "
790	A.M. Ciganos da Cruz de Pau	920 000\$00	" "
791	CHE. Boa Esperança - Qtª. do Alto - Lisboa.	9 600 000\$00	Início em Dez. 76; dependente da posse do terreno.
856	A.M. Bº. Monarquina (SET.)	7 560 000\$00	Em obra
872	A.M. 1 de Junho (Portimão)	720 000\$00	Em obra
173	CHE. Bº. D. Leonor (Benfica)	4 800 000\$00	A arrancar
963	A.M. Grito do Povo (Setúbal)	2 130 000\$00	A arrancar
308	A.M. Francos (Porto)	3 960 000\$00	Em obra

TOTAL - 305 996 180\$10



FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

VERBAS QUE NÃO DEVEM ESTAR CONSIDERADAS NA LISTA ANTERIOR, POR NÃO CONSTITUIREM SUBSÍDIO A FUNDO PERDIDO, MAS SIM OBRAS DE EMERGÊNCIA.

Nº. de Proposta	Entidade	Importância	Observações
2036	A.M. Bº. do Leal (Porto)	194 000\$00	Em obra
304	A.M. Monarquina (Setúbal)	30 256\$50	Realizado concurso em 4/9/71
209	A.M. 14 de Junho (Lisboa)	3 000\$00	
153	A.M. Bº. Manjoeira (Loures)	20 000\$00	Arranca em Outubro
1870	A.M. Bº. Pinheirinhos (Set.)	30 000\$00	Em Obra
1914	A.M. Bº. Terrôa de Baixo (Set)	1 000\$00	Em obra

TOTAL -

278 256\$50

